



244
1

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **19ª VARA CIVIL DA CAPITAL**
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0328318-1**
AGRAVANTE(S): **COMERCIAL DE PAPEL BOA VISTA LTDA**
AGRAVADO(S): **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO.

- Interpôs-se o presente agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que não apreciou *in limine* o pleito antecipatório de instalação de linhas telefônicas contratadas;
- Antecipação de tutela recursal concedida monocraticamente, com fulcro no art. 527, inciso III, CPC. Petição do agravado, comunicando regular cumprimento da ordem do órgão *ad quem*;
- Ausência do fornecimento dos serviços contratados aparenta conduta desidiosa, já que superado e muito os prazos estabelecidos pela própria recorrida. Caberia à empresa de telefonia adotar as medidas necessárias para solucionar o problema em tempo razoável, evitando a persistente descontinuidade do serviço, o que teria gerado os prejuízos narrados na peça recursal a denotar razoável *periculum in mora* justificador da concessão do pleito antecipatório, que agora se confirma, mantendo-o;
- Recurso de Agravo de Instrumento a que se dá provimento e julga prejudicado o agravo regimental oposto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0328318-1, figurando como Agravante COMERCIAL DE PAPEL BOA VISTA LTDA. e, como Agravado TELEMAR NORTE LESTE S/A; Acordam os Desembargadores que compõem a TERCEIRA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso, reformando a decisão interlocutória de primeiro grau, mantendo em sua integralidade a antecipação de tutela concedida por esta relatoria, com a permanência da obrigação de instalação das linhas telefônicas na forma pactuada. Neste momento, ainda, julga-se prejudicado o agravo regimental oposto igualmente pelo ora agravante e que traz em seu bojo o mesmo mérito recursal, o que se faz em valor ao princípio da instrumentalidade das formas e celeridade processual, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18.06.2019.

ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

238

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **19ª VARA CIVIL DA CAPITAL**
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0328318-1**
AGRAVANTE(S): **COMERCIAL DE PAPEL BOA VISTA LTDA**
AGRAVADO(S): **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por COMERCIAL DE PAPEL BOA VISTA LTDA, em face da decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer, tombada sob o nº 0013987-67.2014.8.17.0001.

A decisão questionada (fls. 12 dos autos) se trata de um despacho inicial, onde o magistrado de piso admite o processamento do pedido ordinário, porém deixa para apreciar o pleito antecipatório após a formação do contraditório.

Em uma remissão fática, noticia o recorrente que é demandante em uma ação ordinária de obrigação de fazer em face da empresa de telefonia recorrida. Narra que firmou, com a agravada, contrato para prestação de serviços de telefonia e que esta teria se comprometido a efetivar a instalação de linhas telefônicas provisórias no prazo de 7 dias e mais 4 dias para finalização da portabilidade, o que não teria ocorrido até então, tendo transcorrido mais de vinte dias sem qualquer serviço prestado. Informando tal fato ao juízo monocrático através da peça vestibular da referida ação, este deixou para se pronunciar após ouvida da empresa ré. Desta decisão, interpôs o presente recurso de agravo de instrumento.

No presente recurso, informa não poder aguardar o estabelecimento do contraditório, já que se trata de pessoa jurídica que necessita de forma imprescindível, para a transação e realização de sua atividade empresarial, das linhas telefônicas contratadas à Suplicada. Assim, pugnou liminarmente pela concessão do pleito antecipatório para efetivação da instalação das linhas telefônicas no prazo máximo de 24 horas, sob pena de multa diária e, ao final, pelo provimento do presente recurso, com a manutenção da antecipação da tutela eventualmente concedida.

Interlocutória desta relatoria que concedeu antecipação da tutela recursal, determinando a imediata instalação das linhas telefônicas reclamadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Petição da empresa agravada, informando sobre o cumprimento desta ordem judicial, ocasião em que o recorrente foi instado a se manifestar, quedando-se inerte.

É o que importa relatar. Juízo de admissibilidade satisfeito.

Recife, 22-05-2019

Des. ITABIRA DE BRITO FILHO - Relator



245,
1

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **19ª VARA CIVIL DA CAPITAL**
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0328318-1**
AGRAVANTE(S): **COMERCIAL DE PAPEL BOA VISTA LTDA**
AGRAVADO(S): **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO

Após juízo de admissibilidade positivo, subsequente concessão antecipada da tutela recursal e ouvida da parte recorrida, passo ao exame do mérito recursal, confundindo-se este com o próprio pleito antecipatório concedido.

O cerne da questão recursal cinge-se, em resumo, no pleito de obrigação de fazer, consubstanciada no pedido de instalação de linhas telefônicas contratadas com a agravada e não efetivadas no prazo pactuado.

Em atenção ao imposto na decisão interlocutória desta relatoria, a recorrida comparece aos autos desse instrumento, informando o cumprimento e requerendo, em suas contrarrazões, a manutenção da decisão interlocutória do primeiro grau e a negativa de provimento ao presente recurso.

Com efeito, em que pese não se visualizar o contrato firmado pelas partes, a relação jurídica estabelecida pode ser depreendida por outras provas colacionadas, pelo menos nesse momento processual e por esta via de cognição restrita e sumária.

In casu, vê-se entre o inadimplente apelante e o seu contratante, um vínculo jurídico derivado da convenção, que não foi respeitado. Nesse sentir, relacionou-se diversos protocolos de reclamação junto a agravada e à Anatel para instalação das linhas telefônicas, porém sem sucesso, servindo-se agora da ação judicial para prestação da tutela jurisdicional, pugnando pela imposição de uma obrigação de fazer para saneamento de seus prejuízos ante a inoperância da empresa contratada.

Ademais, como se pode observar do conjunto probatório coligido, trata-se, na espécie, de dano denominado *extra rem*, conforme alude Sérgio Cavalieri Filho:

"[...] o dano *extra rem* é aquele que apenas indiretamente está ligado ao vício do produto ou do serviço porque, na realidade, decorre de causa superveniente, relativamente independente, e que por si só produz o resultado. A rigor, não é o vício do produto ou do serviço que causa o dano *extra rem* - dano material ou moral -, **mas a conduta do fornecedor, posterior**



246

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ao vício, por não dar ao caso a atenção e solução devidas.¹

A ausência do fornecimento dos serviços contratados aparenta conduta desidiosa, já que superado e muito os prazos estabelecidos pela própria recorrida. Caberia à empresa de telefonia adotar as medidas necessárias para solucionar o problema em tempo razoável, evitando a persistente descontinuidade do serviço, o que teria gerado os prejuízos narrados na peça recursal a denotar razoável *periculum in mora* justificador da concessão do pleito antecipatório, que agora se confirma, mantendo-o. Abaixo precedente jurisprudencial exemplificativo:

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **TELEFONIA. PORTABILIDADE. TELEFONE PASSOU A NÃO RECEBER MAIS LIGAÇÕES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM MANTIDO, DEVER DE REATIVAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. RECURSO IMPROVIDO.** (TJRS, Apelação Nº 71004138046, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 10/04/2013)

Assim, a par de tais considerações, mantém-se o pleito antecipatório concedido em sua integralidade, inclusive com a imposição da multa cominatória. Ademais, rechaçando o argumento recursal do exíguo prazo para cumprimento da antecipação da tutela recursal, vê-se que a empresa já se encontrava em mora desde o momento em que se prontificou a instalar as linhas telefônicas e não o fez, retardando desidiosamente seu cumprimento regular.

Ante o acima exposto, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** deste recurso de agravo de instrumento, reformando a decisão interlocutória de primeiro grau, mantendo em sua integralidade a antecipação de tutela concedida por esta relatoria, com a permanência da obrigação de instalação das linhas telefônicas na forma pactuada. Neste momento, ainda, julgo prejudicado o agravo regimental oposto igualmente pelo ora agravante e que traz em seu bojo o mesmo mérito recursal, o que faço em valor ao princípio da instrumentalidade das formas e celeridade processual.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

18-06-2014.

Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator

¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 8. ed. rev. e atual.– São Paulo: Ed. Atlas, 2008. p. 499.